

São Paulo, 02 de dezembro de 2013.

**Nesta edição:**

**Conferência Ministerial de Bali (OMC):**

- Perspectivas gerais das negociações prévias à Conferência Ministerial dezembro;
- Avanços das negociações em agricultura, comércio e desenvolvimento e facilitação do comércio na OMC;

**COP-19:** resumo da conferência da ONU para a mudança do clima ocorrida na Polônia entre 11 e 23 de novembro;

**TTIP:** resultados da segunda rodada de negociações de Bruxelas;

**TPP:** progresso das discussões que antecedem a reunião de Cingapura;

## ① CONFERÊNCIA MINISTERIAL DE BALI

### Perspectivas gerais

A última semana do mês de novembro foi marcada por intensas negociações nas três frentes que compõem o Pacote de Bali. De maneira geral, houve avanços importantes em temas que eram considerados problemáticos, ao mesmo tempo em que alguns membros endureceram a sua posição, dificultando a chegada a um acordo.

A negociação principal estava agendada para o domingo, dia 24 de novembro. Por conta disso, a reunião do **Conselho Geral da OMC**, marcada para o dia 21, foi adiada para que ocorresse a tempo de uma atualização sobre o avanço das negociações para o Pacote de Bali. A reunião que teve início às dez horas da manhã do domingo (24) se estendeu até às sete horas da manhã da segunda-feira (25), quando as negociações foram abandonadas antes que se chegasse a um acordo sobre o texto a ser apresentado durante a reunião Interministerial. Para maiores informações, clique [aqui](#).

A atual situação na OMC é **indefinida**, uma vez que os temas de divergência entre os membros (agricultura e facilitação de comércio) antes e depois das negociações do fim de semana passado continuam os mesmos. A diferença estaria nos pontos críticos em cada um destes temas, bem como na posição de certos membros com relação a eles.

O diretor-geral **Roberto Azevedo** afirmou, durante a reunião do Conselho do dia 26, que os membros estão muito próximos da conclusão dos textos, mas que o acordo final permanece elusivo e que para alcançá-lo é necessário engajamento político. Diante da falta de consenso em nível técnico, em torno do texto de um acordo, **a decisão final sobre o Pacote de Bali caberá aos ministros que participarão da Conferência Ministerial entre os dias 3 e 6 de dezembro.**

## Temas da negociação

### Agricultura

As evoluções recentes nos principais temas em negociação para um acordo em agricultura foram reveladas em textos não oficiais divulgados em 19 de novembro aos membros da OMC (*Inside U.S Trade*, 25 de novembro).

**Estoques públicos de alimentos:** o texto relativo à proposta do G-33 para a adoção de uma *peace clause* (solução interina para impedir que programas de estoques públicos de alimentos, com fins de **segurança alimentar** em países em desenvolvimento, sejam questionados no sistema de solução de controvérsias da OMC), detalha algumas das questões que se mantinham em aberto nas últimas semanas.

Propõe-se uma vigência de quatro anos para a *peace clause*, com duração até a 11ª Conferência Ministerial da OMC. Os programas de estoques públicos compreendidos deverão se restringir a itens alimentares básicos, definidos como “*produtos agrícolas primários predominantes na dieta tradicional da população de um país em desenvolvimento*”.

Além disso, estipulam-se duas salvaguardas, com o objetivo de garantir que os estoques não **distorçam o comércio**, e que a cláusula não seja usada de modo a elevar os subsídios para além dos objetivos de segurança alimentar. O texto também apresenta uma provisão para que programas de **reforma agrária** sejam incorporados na definição de “serviços gerais” considerados como subsídios que não distorcem o comércio agrícola.

Apesar das evoluções no texto, a *peace clause* enfrenta objeções de diversos membros da OMC. O Paquistão defende salvaguardas mais amplas, pois alega que a **elevação dos subsídios** indianos poderá inundar seu mercado com excedentes exportáveis, sobretudo de arroz e pretende limitar a cobertura da cláusula apenas para esta commodity até a 10ª Conferência Ministerial da OMC.

A Índia, que lidera a proposta do G-33, já aprovou um programa que dará anualmente US\$ 20 bilhões adicionais, em subvenções para **formação de estoques** em arroz e trigo.

Paraguai e Uruguai também defendem restrições no número de commodities passíveis de serem abrangidas nos programas de estoques públicos alimentares. Por sua vez, o México demonstrou preocupação com a possibilidade de que os subsídios para formação de estoques criem um excesso de oferta de commodities agrícolas no mercado internacional, diminuindo os preços e aumentando as importações em países em desenvolvimento. (*Valor Econômico*, 21 de novembro).

Em 22 de novembro, a Índia oficializou que não aceitará que a *peace clause* se restrinja a quatro anos. Nesse sentido, o descontentamento do país em relação ao texto divulgado em 19 de novembro estaria endurecendo sua posição nas negociações em facilitação de comércio.

## Agricultura (cont.)

**Competitividade das exportações:** o texto sobre competitividade das exportações lamenta que o objetivo de **eliminar todas as formas de subsídios** às exportações não tenha sido alcançado em 2013, como previsto pela Declaração Ministerial de Hong Kong em 2005. Além disso, ao contrário do que havia sido inicialmente proposto pelo G-20, o texto apresenta um compromisso político genérico de que os membros da OMC continuarão negociando o tema dos subsídios às exportações. Por outro lado, a Argentina pressiona para que se incorpore uma obrigação vinculante que comprometa os países desenvolvidos a **reduzir** imediatamente 50% de seus subsídios.

**Administração de Quotas Tarifárias (TRQ):** neste tema, o texto estipula que as **disciplinas mais rígidas** propostas para administração de quotas tarifárias sejam aplicadas inicialmente apenas aos países desenvolvidos, durante um período de seis anos. Também se apresentaram quais procedimentos deverão ser adotados para incrementar o preenchimento de quotas tarifárias, nos casos em que uma quota apresente um preenchimento inferior a 65%, ou quando um país não apresente notificações sobre suas TRQ, ambos em um período de três anos.

Os EUA insistem que as novas regras sejam aplicadas a todos os países, ao passo que a China não abre mão de um **tratamento diferenciado** aos países em desenvolvimento. No entanto, o texto concede uma margem para que os países desenvolvidos optem por deixar de aplicar as novas disciplinas após um período de seis anos, o que não os excluirá de cumprir com as novas regras de transparência para TRQ. Os EUA já manifestaram clara intenção em fazer uso desta opção.

## Comércio e Desenvolvimento

**Extensão do tratamento livre de cotas e tarifas para as exportações de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR):** foi aprovado um segundo componente da seção de desenvolvimento do texto negociador, que dispõe sobre a extensão do tratamento livre de cotas e tarifas oferecidas às exportações de PMDR, a despeito da oposição de diversos países do grupo africano à medida (*Inside U.S Trade*, 28 de novembro).

**PMDR - Auxílio Técnico e Período de Carência:** foi acordado, na seção II, do Acordo de Facilitação do Comércio, o estabelecimento de um período de oito anos no qual os PMDR estariam isentos da obrigatoriedade da adoção de certos compromissos, especialmente daqueles condicionados ao recebimento de assistência técnica. Tal período se iniciaria a partir da vigência do Acordo de Facilitação do Comércio. Entretanto, não houve consenso sobre a capacidade desta prerrogativa beneficiar também os países em desenvolvimento (PED), circunstância que obteve resistência dos Estados Unidos e da União Europeia. Outro tópico controverso foi o financiamento ao auxílio técnico: enquanto os PED defendem uma maior participação dos bancos multilaterais, os países desenvolvidos defendem que os PED não tenham direito ao auxílio e que estes passem a contribuir para seu financiamento (*Inside U.S Trade*, 25 de novembro).

**Estabelecimento de um Grupo Especialista em Facilitação do Comércio e Desenvolvimento:** os membros da OMC se aproximaram de um consenso acerca do estabelecimento de um grupo especialista em facilitação do comércio, cuja função seria avaliar as alegações dos PED sobre a adoção dos compromissos do Acordo de Facilitação do Comércio, mesmo após a assistência técnica de um país desenvolvido. Nesse sentido, os membros concordaram que as recomendações do grupo não sejam vinculantes. A proposta defende que caso um seja requisitado pelo Comitê de Facilitação de Comércio, o grupo de especialistas teria 60 dias para se constituir e mais 120 para elaborar e divulgar suas recomendações (*Inside U.S Trade*, 25 de novembro).

## Facilitação do Comércio

A Câmara Internacional de Comércio afirma que o Acordo de Facilitação do Comércio agregaria US\$ 960 bilhões à economia mundial e criaria 21 milhões de empregos, dos quais 18 milhões em nações em desenvolvimento. O pacto também **reavivaria** a confiança na OMC como um fórum para negociações comerciais. Nesse sentido, as associações privadas manifestaram interesse em concluir o acordo já na reunião de Bali. Clique [aqui](#).

A **Minuta do texto** em negociação está na 18ª revisão e data do último dia 23 de outubro. O acordo está dividido em suas seções: (I) obrigações dos países com relação à facilitação do comércio e (II) provisões de Tratamento Especial e Diferenciado (S&D) para países em desenvolvimento (PED) e países de menor desenvolvimento relativo (PMDR). O texto ainda determina que os compromissos assumidos pelos PED e os PMDR deverão atender a três categorias, que dividem os compromissos que deverão ser instituídos a (a) partir da vigência do Acordo sobre Facilitação do Comércio; (b) posteriormente à vigência do acordo e (c) posteriormente à vigência do acordo ante a necessidade de auxílio técnico ou financeiro do PED ou PMDR.

**O principal ponto de discordância está na determinação dos prazos para que os PED e PMDR assumam tais compromissos.** Os países desenvolvidos defendem que isto ocorra de acordo com um cronograma preestabelecido, enquanto os PED e PMDR defendem o direito à designação de tais prazos, bem como o auxílio técnico e financeiro adequado para que assumam as obrigações presentes na Seção I (*Inside U.S Trade*, 21 de novembro).

Os membros da OMC continuam a discutir o texto do Acordo de Facilitação do Comércio, cuja Seção I tem apresentado maiores dificuldades, especialmente no artigo 11 (liberdade de trânsito) e outros temas como o envio expresso de mercadorias e despachos aduaneiros. Dessa forma, o impasse se resume em;

- **União Europeia, Cuba e Turquia** possuem demandas que incidem sobre o tema da liberdade de trânsito;
- Os Estados Unidos, apoiados por empresas de entrega expressa, pressionam para que seja adotada uma linguagem que obrigaria os países a manter **procedimentos de aceleração** da liberação de bens enviados ao país por via aérea;
- Vários países latino-americanos, como Costa Rica, Panamá, Paraguai e Honduras seguem opondo-se ao texto do Artigo 10.6, que proíbe o uso de despachantes aduaneiros para o envio de mercadorias;
- A União Europeia propôs a adoção do termo "*operadores econômicos autorizados*", por meio do qual os membros da OMC proporcionariam um **tratamento aduaneiro expresso** para expedidores que atendessem certos critérios, como o respeito às regulações aduaneiras vigentes no país-destino das mercadorias. Tal proposta enfrenta a oposição de alguns países latino-americanos, como Brasil, além de Egito e China (*Inside U.S Trade*, 26 de novembro).

### ③ CONFERÊNCIA DAS PARTES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MUDANÇA DO CLIMA – COP 19 – VARSÓVIA, POLÔNIA

Entre os dias 11 e 23 de novembro de 2013, mais de 190 países se reuniram em Varsóvia, na Polônia, para a **19ª Conferência das Partes das Nações Unidas para a Mudança do Clima**. O principal objetivo desta Conferência era assentar as bases para o grande acordo que deverá ser assinado em 2015, entrando em vigor a partir de 2020, onde todos os membros da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) deverão assumir metas obrigatórias de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), além de compromissos referentes a financiamento, transferência de tecnologia e adaptação às mudanças do clima.

**Contexto das negociações:** a COP 19 foi marcada por um recrudescimento da cisão entre os países desenvolvidos (representados pelo *Umbrella Group*)<sup>1</sup>, e os países em desenvolvimento (G-77 + China). Os países ricos levantaram uma série de barreiras, que cada vez mais parecem desconsiderar os princípios basilares da Convenção: da igualdade comum, porém diferenciada e da equidade nos compromissos assumidos pelas Partes. Por sua vez, os países em desenvolvimento mantiveram o discurso de que os **pilares da Convenção** não estavam em negociação e que os países desenvolvidos deveriam cumprir com os compromissos de financiamento já assumidos, liderando os esforços de mitigação de emissões de GEE.

**Propostas brasileiras:** os negociadores brasileiros levaram diversas propostas ao secretariado da COP 19, com destaque para:

- Elaboração de uma **metodologia para o cálculo das emissões** históricas dos países, por meio do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC). Apesar do apoio dos países em desenvolvimento, a proposta foi rechaçada pelos países desenvolvidos e não consta no texto final da Conferência;
- Consultas internas sobre as **capacidades nacionais** de cada membro da convenção. Há elementos que incorporam este conceito no texto final da Conferência;
- Elaboração de um mecanismo que considere as chamadas **ações antecipadas** (*early action*) de mitigação entre o período de 2015 a 2020. O texto final da Conferência contempla alguns elementos desta proposta brasileira;

**Principais resultados:** o texto final da COP 19 foi considerado **modesto**, trazendo apenas alguns *guidelines* para as próximas rodadas de negociação. No entanto, o principal resultado da COP 19 diz respeito aos mecanismos de **Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação** (REDD), que trata dos instrumentos multilaterais de remuneração aos países que diminuam o desmatamento e mantenham florestas conservadas.

**Futuro das negociações:** as próximas COP ocorrerão em Lima (Peru) e Paris (França) respectivamente. Em setembro de 2014, ocorrerá também uma reunião de Chefes de Estado, em Nova Iorque, convocada pelo Secretário Geral da ONU, Ban Ki Moon. O recuo de países como Austrália, Japão e Canadá, em assumir compromissos de **mitigação obrigatórios**, anunciado em Varsóvia, é um indicativo das dificuldades esperadas para as negociações nos próximos anos.

<sup>1</sup> Embora não exista nenhuma lista formal, geralmente o grupo é formado por Austrália, Canadá, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Rússia, Ucrânia e Estados Unidos. Mais informações, clique [aqui](#).

## ④ TRANSATLANTIC TRADE AND INVESTMENT PARTNERSHIP (TTIP)

### Conclusão da segunda rodada de negociações em Bruxelas (11-15 de novembro)

A segunda rodada de negociações entre os EUA e a União Europeia registrou avanços nos seguintes temas:

- **Investimentos:** houve certo grau de concordância na busca por um acordo ambicioso ao mesmo tempo em que se garanta a liberdade regulatória das Partes para legislar pelo interesse público;
- **Serviços:** ocorreram debates setoriais acerca de serviços financeiros, telecomunicações e comércio eletrônico (*e-commerce*). As Partes concordaram em discutir a cooperação na regulação de serviços financeiros dentro de duas semanas;
- **Aspectos regulatórios:** discussões de especialistas reforçaram a criação de um capítulo de barreiras técnicas ao comércio para além do arcabouço da OMC (*TBT plus*). O debate se concentrou em setores em que os Estados Unidos e a União Europeia estão dispostos a aumentar a compatibilidade regulatória: dispositivos médicos, cosméticos, farmacêuticos, químicos, pesticidas, tecnologia da informação e automóveis;
- **Energia e Matéria-prima:** houve um entendimento acerca da necessidade de um mercado de funcionamento previsível, que garanta a oferta de energia e matéria prima para ambas as Partes;

A próxima rodada de negociações do TTIP está prevista para ocorrer em Washington no dia **16 de dezembro**. Para maiores informações, clique [aqui](#).

### Estados Unidos destaca necessidade de discussões sobre produtos agrícolas:

Dan Mullaney, assistente do USTR para Europa e Oriente Médio, destacou a necessidade de maior engajamento no debate acerca de barreiras para o comércio de produtos agrícolas. Mullaney ressaltou que a Europa possui um fluxo robusto de exportações agrícolas para os Estados Unidos e que o mesmo não ocorre no sentido contrário. Muito embora barreiras fitossanitárias não tenham sido discutidas em Bruxelas, os negociadores deste tema pretendem realizar uma videoconferência ainda antes da segunda rodada de negociação (*Inside U.S Trade*, 22 de novembro).

### Envolvimento de alto nível após a terceira rodada:

os representantes de ambas as Partes concordaram na necessidade de uma reunião de alto nível político ao fim da rodada de 16 de dezembro. Tal reunião terá como o objetivo avaliar o progresso das últimas rodadas de negociação, bem como, balizar a atuação política ao longo de 2014. Com a realização da segunda rodada em Bruxelas, o cronograma para conclusão do acordo voltou aos prazos originais (*Inside U.S Trade*, 21 de novembro).

**Conclusão do acordo pode gerar uma “OTAN econômica”:** alguns analistas reforçam o caráter geopolítico do TTIP, que apesar das dificuldades de avanço em temas regulatórios, pode se tornar a referência técnica para diversos setores industriais do mundo ocidental. Os impactos da normatização e padronização provocadas pelo TTIP são comparados à organização militar Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que durante a Guerra Fria intervia em países com conflitos políticos para defender o Estado de Direito e a economia de mercado. Para maiores detalhes, clique [aqui](#).



## ⑤ TRANS-PACIFIC PARTNERSHIP (TPP)

### Froman alerta que disposições cambiais podem afetar política monetária dos EUA

O porta-voz do *U.S Trade Representative* (USTR), Michael Froman, afirmou que uma eventual cláusula cambial no acordo do TPP restringiria a condução da política monetária norte-americana e pediu cautela ao se discutir a vinculação de moedas a regras comerciais. Ainda em fase de consultas no Congresso americano, a questão é apoiada pelo membro do *Committee of Ways and Means* (CWM), Sander Levin (Democrata-MI), e pelo senador Lindsey Graham (Republicano-SC), que afirmaram votar contra o TPP caso não se inclua a cláusula cambial no acordo. Em declaração, o presidente do CWM, o congressista Dave Camp, alertou o governo Obama da necessidade de maior envolvimento político no tema, sobre risco de atraso no cronograma e até mesmo na inconclusão do acordo (*Inside U.S Trade*, 21 de novembro).

**Avanço das negociações em Salt Lake City:** após seis dias de reuniões entre os dias 19 e 24 de novembro, os principais negociadores dos 12 países do TPP relataram progressos em assuntos-chave do acordo. As negociações reduziram significativamente o número de questões pendentes a serem abordadas diretamente pelos Ministros, na reunião em Cingapura prevista para o início de dezembro. Para mais detalhes, clique [aqui](#).

**Impasses no capítulo ambiental podem frustrar expectativas:** Em evento organizado pelo *World Wildlife Fund* (WWF), em 19 de novembro, Michael Froman alertou ambientalistas que seria improvável que o capítulo ambiental atenda a todas as demandas, ao mesmo tempo em que uma série de questões da proposta norte-americana enfrenta resistência de outros parceiros nas negociações. Os EUA têm enfrentado oposição pela exigência de que as obrigações nesse capítulo estejam sujeitas às mesmas disposições de **solução de controvérsias para violações comerciais**. Para autoridades norte-americanas, as regras ambientais são uma das quatro áreas mais difíceis das negociações do TPP, assim como acesso a mercados, propriedade intelectual e disposições sobre empresas estatais. Para maiores informações, clique [aqui](#).

**Coreia do Sul anunciou interesse em participar do TPP:** em 29 de novembro, por meio de pronunciamento, o primeiro ministro adjunto Hyun Oh-seok, anunciou o interesse da Coreia do Sul em se juntar as negociações para o acordo da parceria trans-pacífica. O país coreano estava monitorando o andamento das negociações do TPP e, após primeira análise, concluiu que o acordo será benéfico para ampliação do comércio e uma competição mais justa na região. O USTR celebrou a decisão coreana por meio de [nota](#).

## EQUIPE TÉCNICA

---

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP | **Presidente:** Paulo Skaf

Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior – DEREX **Diretor Titular:** Roberto Giannetti da Fonseca | **Gerente:** Magaly M. Menezes

Área de Negociações Internacionais e Análise Econômica do Comércio Exterior

**Coordenador:** José Luiz Pimenta Jr.

**Equipe:** Fernando Marques, Juliana Pucci, Laura Gonçalves Bilbao, Rafaela Ragazzi e Vinícius Santos.

**Endereço:** Av. Paulista, 1313, 4º andar – São Paulo/SP – 01311-923 | **Telefone:** (11) 3549-4615 | **Fax:** (11) 3549-4730.